

## PODER

# Enquanto Lula critica Motta, ministros defendem

Planalto faz jogo de morde e assopra com Congresso e tenta reforçar a ideia de que a judicialização da questão do IOF foi somente para defender um direito

» VICTOR CORREIA  
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» RAPHAEL PATI

O governo faz um jogo de morde e assopra na crise do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusava, em entrevista, ontem, a uma emissora de tevê na Bahia, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) de romper um acordo e levar a votação de um decreto legislativo que derubou o aumento do IOF, os ministros Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda), além do deputado José Guimarães (PT-CE, líder do governo na Câmara), amenizavam as críticas ao presidente da Câmara. Lula, inclusive, classificou a decisão de Motta de “absurda” ao pautar o tema de surpresa, para, a seguir, dizer que não há rivalidade entre os Poderes.

“O erro, na minha na minha opinião, foi o descumprimento de um acordo que tinha sido feito, no domingo, à meia-noite, na casa do presidente Hugo Motta. O presidente da República não rompe com o Congresso. Eles têm os seus direitos, eu tenho os meus. E, quando os dois não se entenderem, a Justiça resolve”, afirmou na entrevista.

Segundo Lula, se ele não defendesse as prerrogativas do Executivo — que acredita terem sido violadas pelo Congresso — recorrendo ao STF, “não governaria mais o país”. “O Congresso aprovou muitas coisas que a gente queria. No mesmo dia que ele aprovou o decreto legislativo derubando o IOF que nós apresentamos, aprovou uma série de coisas. Sou agradecido, mas se eu não entrar com recurso no Poder Judiciário, se eu não for à Suprema Corte, não governo mais o país. Esse é o problema. Cada macaco no seu galho”, afirmou.

O presidente disse que o governo não está propondo aumento de imposto com as novas alíquotas do IOF. E que o decreto foi derrubado pelos interesses financeiros. “Estamos fazendo um ajuste tributário neste país para que os mais ricos paguem um pouco para que a gente não precise cortar dinheiro da educação e da saúde. Houve uma pressão das bets, das fintechs... não sei se houve pressão do sistema financeiro. O dado concreto é que os interesses de poucos prevaleceram dentro da Câmara e do Senado, o que eu acho um absurdo”, acusou.

Ricardo Stuckert/PR



Lula entre Janja e o governador Jerônimo Rodrigues, em Salvador, mostra cartaz defendendo proposta do governo



**O erro foi o descumprimento de um acordo que tinha sido feito na casa do presidente Hugo Motta. O presidente não rompe com o Congresso. Eles têm os seus direitos, eu tenho os meus”**

**Presidente Lula**, em entrevista a uma rede de tevê na Bahia

Enquanto Lula criticava, Gleisi e Haddad amenizavam publicamente a situação tentando mostrar que, com a ida ao STF, o governo nada mais fez do que exercer uma prerrogativa legítima. A ministra da SRI, inclusive, elogiou a aprovação pelo Congresso da medida provisória que permite usar o Fundo Social do Pré-Sal para financiar a expansão do Minha Casa Minha Vida para a classe média.

“Muito importante para o país a aprovação, na semana passada, pela Câmara dos Deputados, e ontem (anteontem), pelo Senado, da medida provisória do Fundo Social. O governo do presidente Lula agradece esta grande contribuição do Congresso Nacional para o Brasil e segue dialogando para fazer o país avançar”, publicou a ministra numa das suas redes sociais.



**Muito importante para o país a aprovação da medida provisória do Fundo Social. O governo agradece esta grande contribuição do Congresso e segue dialogando para fazer o país avançar”**

**Publicação da ministra Gleisi Hoffman**

Já o ministro Rui Costa assegurou, durante as celebrações, em Salvador, da independência da Bahia — das quais Lula também participou —, que “o diálogo continua” com o Congresso. “O Executivo tem limites e o Legislativo, também. Quando um acha que a sua área de competência foi invadida, quem tem que tirar a dúvida se é constitucional ou é o STF”, frisou.

Em Buenos Aires, onde participou da reunião dos ministros da área econômica dos países-membros do Mercosul, que precedeu a cúpula do bloco — que começa hoje —, Haddad voltou a defender a judicialização feita pelo governo. “É uma pergunta para o STF sobre a legalidade do presidente. Isso não pode ofender ninguém quer que seja. É uma pergunta natural da democracia”, disse.



**O que estou dizendo é que é uma pergunta para o STF sobre a legalidade do presidente. Isso não pode ofender ninguém quer que seja. É uma pergunta natural da democracia”**

**Resposta do ministro Fernando Haddad em Buenos Aires**

Haddad acrescentou que não soube de qualquer reação ameaçadora do Congresso sobre a judicialização da questão do IOF. “Se você ouviu isso, eu não ouvi e jamais imaginaria que isso pudesse acontecer. Não chegam aos meus ouvidos esse tipo de conversa”, observou.

Por sua vez, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, defendeu Hugo Motta dos ataques que vem recebendo nas redes sociais e disse que a derrubada do decreto do aumento do IOF não pode ser argumento para atacar o presidente da Câmara. “Reitero minha solidariedade ao presidente Hugo Motta, que, como qualquer representante em uma democracia plena, tem o direito de defender suas convicções. Nossa luta não se dirige contra indivíduos, mas em favor de princípios e propostas”, salientou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



## Semipresidencialismo ganha força como saída para crises

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do Mercosul, em Buenos Aires, na Argentina, a elite política e a alta magistratura brasileira se reúnem no Fórum Jurídico de Lisboa, criado pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um dos autores da proposta de implantação do semipresidencialismo no Brasil. Ao saudar os presentes, entre eles o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou o caráter transdisciplinar e internacional do evento, que conta com 57 painéis, quase 500 palestrantes de várias nacionalidades e estimativa de 2,5 mil participantes. “O Fórum se consolidou como um ponto de encontro fundamental para o diálogo entre o Brasil e a Europa”, afirmou.

Apelidado de “Gilmarpalooza”, o evento se realiza desde 2013, no recesso parlamentar e do Judiciário, com a participação de magistrados, advogados, políticos e empresários. Longe dos holofotes de Brasília, o encontro mistura glamour, muita articulação política e lobbies poderosos junto ao Congresso e aos tribunais federais. Inteligência artificial, democracia e sustentabilidade são os temas deste ano, mas o prato principal é a crise entre o Lula e o Centrão, cujo escalada reanima as conversas de bastidor sobre a adoção do semipresidencialismo, uma velha proposta de Nelson Jobim que ressurgiu nas crises.

O evento reúne os ministros do STF, Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, André Mendonça, Flávio Dino e Alexandre de Moraes, além do anfitrião, Gilmar Mendes. Do governo federal, participam os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), Camilo Santana (Educação), Jader Filho (Cidades), Jorge Messias (AGU) e Ricardo Lewandowski (Justiça). Todos tentam jogar água na fogueira da crise, depois de Lula ter decidido recorrer ao Supremo para manter o decreto que aumenta as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), derrubado pelo Congresso por meio de um decreto legislativo.

Entre os políticos, além de Motta, participam do encontro os caciques do Centrão Arthur Lira (PP-AL), Ciro Nogueira (PP-P) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entre outros parlamentares, como os paulistas Tabata Amaral (PSB), Orlando Silva (PCdoB) e Alex Manente (Cidadania). E os governadores Cláudio Castro (PL-RJ), Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Mauro Mendes (União-MT), Helder Barbalho (MDB-PA), Ronaldo Caiado (União-GO), Eduardo Leite (PSD-RS) e Rafael Fonteles (PT-P). Promovido pelo IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), que tem Gilmar como sócio, em parceria com o Lisbon Public Law Research Centre e a FGV Justiça, da Fundação Getúlio Vargas, o evento termina sexta-feira.

### Projetos na Câmara

Gilmar e Temer são autores de uma das três propostas de semipresidencialismo sugeridas ao Congresso, entre 2016 e 2018. Defendem uma transição para o semipresidencialismo como um modelo mais equilibrado, capaz de evitar crises como os impeachments de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Temer chegou a sugerir uma “reforma de transição em 2030”, ou seja, que não prejudicaria o Lula caso seja reeleito.

Dois projetos, porém, estão em tramitação. A PEC 9/1996, de Nelson Jobim (então PMDB-RS), que prevê um presidente com papel simbólico e o primeiro-ministro com apoio da maioria da Câmara, que teria poder de derrubar o governo por moção de censura. Em caso de impasse prolongado, o presidente poderia dissolver a Câmara e convocar eleições. Outro projeto (PEC 21/2021), de autoria do ex-deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), foi apresentado em meio à crise política do governo Bolsonaro. Nele, o presidente mantém papel relevante, inclusive pode dissolver a Câmara em caso de crise, após aprovação de voto de desconfiança do primeiro-ministro pelo Parlamento. O projeto é inspirado na Quinta República Francesa, mas adaptado à realidade brasileira.

O semipresidencialismo é um sistema de governo que combina elementos do presidencialismo e do parlamentarismo. Os dois exemplos clássicos de semipresidencialismo são a França e Portugal, mas eles operam com lógicas institucionais distintas. No semipresidencialismo francês, o modelo é dualista e há coabitação entre o presidente da República e o primeiro-ministro. Funciona da seguinte maneira: o presidente da República é eleito por voto direto, exerce o papel de chefe de Estado com amplos poderes, especialmente em política externa, defesa e nomeação do primeiro-ministro, que é chefe de governo e cuida da administração interna e da condução cotidiana do Executivo. A Assembleia Nacional pode derrubar o governo por moção de censura, obrigando o presidente a nomear um novo premiê ou dissolver o Parlamento.

É um modelo flexível. Quando o presidente tem maioria no Parlamento, ele domina o governo e atua quase como chefe de governo e de Estado ao mesmo tempo, caso do governo Sarkozy (2007-2012). Quando é de um partido diferente da maioria parlamentar, o presidente se restringe à política externa e de defesa, e o primeiro-ministro lidera as políticas internas, como ocorreu no governo Mitterrand/Chirac (1986-1988). É um sistema altamente personalizado no presidente, com forte liderança do Palácio do Eliseu.

Em Portugal, o sistema tende à centralidade parlamentar, com o primeiro-ministro muito poderoso e o presidente como uma “última instância” de estabilidade institucional, com poder de dissolver o parlamento e convocar eleições em caso de impasses institucionais.

## Para Izalci, governo se furtou ao diálogo

» CAETANO YAMAMOTO\*

Faltou ao governo disposição para dialogar sobre a proposta para aumentar o IOF e, a partir daí, o destino do decreto somente poderia ser um — a derrubada pelo Congresso. A afirmação é do senador Izalci Lucas (PL-DF), que acrescenta ser um erro do Palácio do Planalto ter recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir a questão.

“O que faltou foi o governo, antes de tomar a medida, conversar. Essa decisão de recorrer ao Supremo é equivocada, porque é uma afronta completa”, disse o parlamentar às jornalistas Denise Rotherburg, Mariana Niederauer e Ana Maria Campos — direto de Lisboa, onde está para a cobertura do Fórum Jurídico —, na edição de ontem do *CB.Poder*, uma parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

O senador considera que o IOF é, sim, arrecadatório e, por isso, deve seguir os trâmites do Código Tributário. “Para você implantar qualquer imposto, você tem que ter vários princípios de anualidade. Você não pode implantar um imposto no meio do ano” ressaltou,

acrescentando que o aumento do imposto traz insegurança contábil às empresas, uma vez que têm um planejamento para arcar com os custos dos tributos e um aumento intempestivo prejudica as previsões.

Segundo Izalci, não é verdadeiro que o reajuste do IOF tenha o caráter regulatório. “Basta ver as declarações do ministro (da Fazenda, Fernando Haddad) que a todo momento disse que o objetivo era exatamente cobrir o déficit público”, salienta. “Na prática, o IOF pega todo mundo. Tudo que é financeiro tem IOF”, observa.

Para o senador, a derrubada do decreto do governo não foi um esforço isolado da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas, sim, de parlamentares de todos os espectros políticos — tanto que, na Câmara dos Deputados, foram 383 votos. “Não foi a oposição que ganhou, foi a população”, frisou.

Izalci considera que, por ora, o Congresso não fará qualquer mobilização e aguardará a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que relatará as ações do STF. Ele sugere, porém, que caso o magistrado mantenha o que pretende o Palácio

Bruna Gaston/CB/D.A Press



Senador frisou que derrubada do decreto foi uma decisão de 383 deputados

do Planalto, uma dura resposta virá de deputados e senadores, que considerarão a decisão uma interferência do Supremo na seara do Parlamento. “Estamos chegando no limite. Não dá para, em todas as ações, o Supremo interferir e dizer que é inconstitucional”, adverte.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi



Aponte a câmera para o QR Code e assista ao CB.Poder no YouTube do Correio